

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19 DE NOVEMBRO DE 2007**-----

-----Aos dezanove dias do mês de Novembro de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

----- Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Vidinha Baptista, José Carlos da Silva e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- A Senhora Vereador Manuela Cunha referiu que tem um ponto prévio para apresentar. Perguntou se o último ponto da ordem de trabalhos relativo à apreciação da proposta feita pela Santa Casa da Misericórdia para obras no edifício do hospital é para deliberar sobre algum assunto, se for que o mesmo seja agendado para próxima reunião porque não foram entregues os documentos informativos com a Ordem de Trabalhos.-----

----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos subscreveu a posição da Senhora Vereadora Manuela Cunha.-----

----- A mesma Autarca acrescentou que não delibera sobre pontos sobre os quais não tenha informação prévia, e acrescentou que é de muito mau gosto, e até falta de educação tornar público, em nome da Câmara Municipal, um projecto que apenas é do partido socialista, visto que nunca veio a reunião do executivo e está a referir-se às declarações proferidas pelo Senhor Presidente relativas ao projecto do Instituto da Vinha e do Vinho.

Acrescenta que a falta de cultura democrática é característica do poder dos órgãos do PS.-----

----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que a sua intervenção tem a ver com o que se passou na última Assembleia Municipal. O Presidente da Assembleia não autorizou a defesa da sua honra na passada sessão, considera que a proposta apresentada pelo Presidente da Assembleia, para além de ter graves imprecisões jurídicas, dado que uma eventual integração de trabalhadores nos quadros da Câmara Municipal implica a criação de um quadro próprio (contrato individual de trabalho) e a criação de regulamentos próprios dado que o quadro em vigor da Câmara é público, por isso qualquer tentativa de encaixar trabalhadores com um vínculo de natureza privatista, configura uma situação de nulidade jurídica susceptível de responsabilidade financeira para quem a toma. Para além disso a criação de um quadro de pessoal, neste caso privatístico, implica saber quantos postos de trabalho são necessários e as carreiras e categorias a criar. -----

----- A Lei vinte e três de dois mil e quatro, permite às autarquias locais a criação de quadro de pessoal de natureza privatística, pelo que, antes de qualquer procedimento ou medida de integração no quadro do Pessoal da autarquia local, implica a existência ou a criação do referido quadro o que não ocorreu nem existe à data da proposta apresentada pelo Presidente da Assembleia/Deputado. Acredito na bondade da proposta mas as decisões políticas devem-se adequar com o normativo legal existente que regula expressamente estas matérias pelo que, a evocação de regras programáticas e de acórdãos que não retratam nem fazem precedentes no ordenamento jurídico português, nem esclarecem a situação em questão. Considero que a proposta que foi apresentada na Assembleia Municipal deverá ser remetida para o Tribunal de Contas e Inspeção Geral de Administração Local, para recolha de parecer ou orientação quanto à substância da medida que recomenda a integração de trabalhadores. Dado que, julgo que sobre esta matéria já foi solicitado parecer à

CCRDLVT, penso que bastará comunicar à IGAL e ao Tribunal de Contas a recolha deste parecer, em todo o caso volto a referir que qualquer integração de trabalhadores implicará que a Câmara Municipal apresente uma proposta de criação de um quadro devendo o seu preenchimento respeitar a s regras da oferta pública de emprego na Administração Pública.-----

----- A proposta apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal refere-se ao alargamento do quadro quando na verdade em rigor jurídico deveria ter proposto a criação de um quadro paralelo ao quadro existente. Como em direito as palavras valem estritamente aquilo que querem dizer, e o significado que as mesmas têm determinam o valor da realidade jurídica, alargar é aumentar algo que já existe e criar é constituir algo de novo.--

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha manifestou o seu apoio total ao Vereador do PSD, no protesto que dirigiu ao Presidente da Assembleia Municipal de Almeirim, face à recusa deste em conceder tempo ao abrigo da defesa da honra ao Vereador do PSD. Quanto à proposta apresentada pelo grupo socialista na Assembleia Municipal, disse não ir comentar, dado que o grupo da CDU fá-lo-à posteriormente. Mas desde já esclarece que a proposta apresentada pelo PS tenta vender gato por lebre, tentando confundir os incautos, no que diz respeito à solução proposta, pois nunca refere claramente o que está a propôr. Na realidade, o que o PS propõe é a criação de um quadro de contratação privativo e não o alargamento do actual quadro público da Câmara, tal como a CDU propôs a este executivo através de uma recomendação apresentada por si.-----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício mostra-se solidário com o Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos, quanto à forma como lhe foi recusada a palavra para defesa da sua honra, em relação às matérias aqui abordadas. Congratula-se com a proposta apresentada pelo Partido Socialista, nomeadamente em relação às substanciadas melhorias introduzidas na proposta de extinção da Empresa Pública.-----

----- O Senhor Presidente referiu: " Em relação ao assunto que

acaba de ser focado, quero dizer que não tenho formação jurídica para poder julgar da validade da proposta feita pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, estou no entanto convencido que com esta proposta o Senhor Presidente não pretendeu vender gato por lebre, mas antes apresentou-a com a convicção do que sabe sobre legislação do trabalho e das opiniões que entretanto recolheu. Estou também convencido que esta proposta não se dirigiu à Assembleia como resposta à posição tomada pelo Senhor Vereador do PSD do executivo.”-----

----- O Senhor Vice Presidente e o Senhor Vereador Francisco Maurício subscreveram as palavras do Senhor Presidente.-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

----- CONVITE - Foi presente o ofício da Associação do Rancho Folclórico de Paço dos Negros, convidando todo o Executivo para um almoço convívio a realizar no próximo dia vinte e cinco de Novembro, no âmbito do encerramento das suas actividades do ano em curso. O Senhor Presidente distribuiu a todos os seus pares, fotocópias do convite da referida Associação.-----

----- TRANSFERÊNCIAS - Foi presente o ofício da Assistência Médica Internacional, (AMI), solicitando a colaboração da Autarquia, através de um contributo afim de permitir pôr em prática mais projectos de ajuda internacional. A Câmara deliberou adquirir um kit médico de emergência, para duas mil pessoas, durante um mês num campo de refugiados, no valor de trezentos e noventa euros; Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo, deliberado adquirir cem postais, no valor de cem euros, para apoiar a campanha anual de recolha de fundos a nível nacional que reverterá para a compra de um autocarro para o transporte de utentes da Associação; Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, solicita apoio financeiro para compra de uma varredoura. A Câmara

deliberou conceder mensalmente a importância de setecentos euros, durante o período de cinco anos; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, Secção de desporto de montanha, trezentos euros para participação do atleta Pedro Bento na prova de BTT "Ruta de los Conquistadores" na Costa Rica; da mesma Associação mas da Secção dos Vinte Quilómetros e Mini Vinte Quilómetros de Almeirim, três mil setecentos e oitenta e um euros e oitenta cêntimos, para pagamento de despesas tidas nos sacos oferecidos aos atletas; Grupo Desportivo Raposense, seiscentos e vinte e um euros e quarenta e oito cêntimos para pagamento ao INATEL da inscrição referente à época dois mil e sete, dois mil e oito; Grupo desportivo Raposense, secção de BTT quinhentos euros, de subsídio anual; Escola Secundária Marquesa de Alorna, duzentos e trinta euros e trinta e oito cêntimos para quatro de sessões de planetário. -----

-----APOIO - O Senhor Vereador José Carlos Silva apresentou uma declaração da Farmácia Mendonça relativa à dívida de Joaquim Alberto Bento Silva Casimiro Leandro, funcionário da Autarquia Municipal, informando que a dívida aquele estabelecimento, é no valor de cento e seis euros e seis cêntimos. Mais informou que o referido funcionário necessita também de óculos cujo valor é de seiscentos e oitenta euros. O referido funcionário foi vítima de um acidente de trabalho tendo perdido a mobilidade dos membros inferiores. Tendo sido chamado à sala de reuniões o Técnico Superior de Recursos Humanos, Dr João Magalhães, que prestou todos os esclarecimentos relativos ao funcionário acima mencionado. A Senhora Vereadora Manuela Cunha, lamenta que o executivo camarário não seja informado desta e doutras situações análogas, e questiona se a ADSE não comparticipa no valor dos óculos. O Senhor Presidente informou que não tem que ser esclarecida porque não existe lei que obrigue a esta comunicação. A Câmara deliberou pagar as importâncias acima referidas.-----

----- SINALIZAÇÃO - Sob proposta do Senhor Vice Presidente a Câmara deliberou colocar a seguinte sinalização: Rua da Ermida, C quinze - estacionamento proibido, na Rua da Ermida junto ao cruzamento com a Rua da Fonte, no lado direito da estrada, no sentido Rua da Fonte/Rua da Rega.; Rua Almeida Garrett - C dezasseis - paragem e estacionamento proibidos, excepto tomada e largada de passageiros e cargas e descargas, na Rua Almeida Garrett, junto ao cruzamento com a Rua João Duarte Chaparreiro, no lado direito da estrada, no sentido Rua dos Aliados/Rua Vinha do Santíssimo.-----

----- RELATÓRIO DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS - Foi previamente distribuído a todos os autarcas o relatório dos trabalhos arqueológicos realizados por ERA - Arqueologia, SA, relativos às escavações realizadas no Pórtico de Paço dos Negros, para a avaliação do potencial arqueológico e científico daquele espaço, tendo como objectivo a valorização patrimonial. É referido no citado relatório que foram efectuadas três sondagens, numa área total de doze metros, tendo-se registado em todas elas estruturas que podem ser interpretadas como pertencendo ao Paço dos Negros. Relativamente à caracterização funcional daquele espaço, que apresentava igualmente um dos objectivos do trabalho, apenas foi possível inferir para os contextos da sondagem três. Contudo foi registado um pavimento de seixos, associado a um muro, que pode considerar-se tratar-se de um espaço exterior, provavelmente um pátio. Foi ainda efectuado um levantamento topográfico, de forma a obter a planta geral.-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha levantou a questão que a ERA na sua proposta assumia que entregava o Relatório nos cinco dias seguintes às escavações e, neste caso, passaram vários meses. A esse propósito, gostaria de saber porque não foi entregue o Relatório das intervenções arqueológicas na Zona Histórica de Almeirim - zona do Mercado que, segundo parece, já estão na mão do Sr. Presidente. Perguntou se este relatório é preliminar, e refere que a ERA sugere através de avaliação dos

achados a partir de três escavações feitas que "Seria necessário o levantamento integral das estruturas, não só para definir a planta do sitio e se possível determinar a funcionalidade de cada espaço, como também para registar as relações físicas directas entre os muros, e deste modo estabelecer relações temporais entre os mesmos."-----

----- Por isso julga que caberia à Câmara Municipal abrir um concurso a várias empresas para se avançar com este estudo arqueológico e aprofundar os vestígios do Paço.-----

----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos subscreve as preocupações da Senhora Vereadora Manuela Cunha, pergunta qual a intervenção que a Autarquia pretende realizar para aquele espaço e propos o envio do Relatório para recolha de opinião da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.-----

-----A mesma Autarca gostaria de ter um parecer do IGESPAR, a fim de dar um contributo sobre o assunto.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----PROTOCOLO COM AS FINANÇAS - Foi presente o projecto - documento de trabalho - enviado pela Direcção Geral dos Impostos - Direcção de Finanças de Santarém, referente ao Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Almeirim e aquela Direcção de Finanças. -----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que o documento apresentado implica mais trabalho para a Autarquia e consequentemente mais custos.-----

----- O Senhor Vice Presidente esclareceu que o protocolo tem a ver com o princípio de cooperação entre instituições. -----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha propões que se peça parecer no sentido de informar se existe disposição legal para tal cedência de dados.-----

----- Posta à votação foi a minuta do protocolo aprovado por unanimidade.-----

----- O Senhor vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte

declaração de voto: " Voto a favor, em todo o caso fica condicionado ao parecer da Comissão Nacional da Protecção de dados Pessoais, ou do Director da Direcção de Finaças de Santarém, sobre a legalidade de disponibilização de dados dos contribuintes à Administração Fiscal".-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha subscreve a declaração do Autarca que a antecedeu, e quer que fique claro a utilidade do objecto de melhorar no combate à fraude fiscal. Por outro lado teria gostado que o Senhor Presidente ao trazer esta proposta a esta reunião, trouxesse também uma avaliação dos custos associados que daqui advêm para a autarquia.-----

---- O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu:" Voto a favor em concordância com os objectivos propostos e no pressuposto que esta operação tem cobertura legal por parte da Comissão Nacional de Protecção de Dados."-----

----- O Senhor Presidente referiu:" Voto a favor porque é um protocolo que vai concerteza possibilitar a Autarquia aumentar as suas receitas fiscais e é pena que a Senhora Vereadora Manuela Cunha não tenha tido essa preocupação".-----

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----ZONA INDUSTRIAL - Foi presente o requerimento de Joaquim Júlio da Silva Lopes, na qualidade de Sócio Gerente da firma Bacalhau, Nunes & Lopes, Lda, informando que pretende vender os lotes números onze e dezanove, da Zona Industrial de Almeirim, aos seus filhos pelo preço de cento e cinquenta mil euros, que tem construções onde laboram três empresas. Este pedido tem como objectivo que os seus filhos tomem conta das empresas que o próprio criou ao longo da vida, pois pretende desligar-se gradualmente das mesmas, em virtude de se estar a preparar para a reforma.-----

----- Tem informação jurídica do seguinte teor:" nos termos regulamentares, a Câmara tem direito de preferência na alienação dos lotes. O valor para efeitos de preferência, caso a Câmara

exerça o direito, é o preço do lote e das respectivas benfeitorias reduzidas de dez por cento. Deve, pois, a Câmara deliberar se autoriza a venda ou exerce o direito de preferência".-----

----- A Câmara deliberou não exercer o direito de preferência, com pagamento de compensação.-----

----- PROPOSTA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA PARA OBRAS NO EDIFICIO DO HOSPITAL - A Câmara tomou conhecimento do ofício da Santa Casa da Misericórdia da Almeirim, informando que foi conseguido por parte daquela Instituição o apoio financeiro da Saúde XXI, na ordem dos quinhentos mil euros. Este valor foi concedido para instalação de trinta e duas camas, tendo sido necessário cortar quatro camas, não existindo ainda informação concreta se a verba a atribuir corresponde aos iniciais quinhentos mil euros, ou se irá haver algum acerto. Para poderem receber a ajuda da Saúde XXI a obra tem de estar concluída impreterivelmente até trinta e um de Dezembro de dois mil e oito. Porque o custo total da obra ascende aos dois mil milhões de euros e contam receber os referidos cinquenta mil, fica em falta um milhão e quinhentos mil euros. Consideram que o funcionamento do hospital terá nos primeiros cinco anos resultados negativos e só a partir do sexto ano poderá começar a recuperar as perdas iniciais, considerando que a valência se destina acima de tudo a população e que a Santa Casa não tem recursos para levar por diante esta obra sem o apoio de terceiros propõe a autarquia a celebração de uma parceria que permita viabilizar o projecto.-----

----- A Santa Casa diligenciou junto de várias entidades ligadas à saúde a realização de parcerias e a concessão de exploração do espaço mas porque o número de camas é reduzido, ninguém se manifestou interessado na oferta. Nos últimos anos os resultados das valências têm sido negativos o que causa dificuldades pois a Santa Casa é uma Instituição que tem poucos recursos, fazendo um

esforço enorme para diariamente prestar apoio a quatrocentos e noventa e cinco utentes, com o apoio dos voluntários que dirigem desinteressadamente a Instituição. -----

-----PRENDA DE NATAL AOS FUNCIONÁRIOS - Foram presentes as propostas para compra de bolo rei e vinho abafado licoroso para oferta aos funcionários da Autarquia. Relativamente ao bolo rei apresentou proposta a Pastelaria "Chamel" com o valor unitário de cinco euros e dez cêntimos mais IVA, e Pastelaria "O Trigo", cujo orçamento para quinhentos bolos rei, de quinhentas gramas é de mil quinhentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos, e de quinhentos bolos rei de um quilograma no valor de três mil e setenta e cinco euros, aos valores apresentados acresce o IVA à taxa legal.-----

----- A Câmara deliberou atribuir a confecção de bolo rei à Pastelaria "Chamel".-----

----- Foram apresentados orçamentos para compra de quinhentas garrafas de vinho licoroso, das seguintes adegas: Adega Cooperativa de Almeirim, duzentas e cinquenta garrafas de vinho licoroso, ao preço unitário de dois euros e meio, e duzentas e cinquenta garrafas de vinho abafado ao preço de dois euros e meio por garrafa, os valores apresentados já incluem IVA; Adega Cooperativa da Goux, para a quantidade de quinhentas garrafas de vinho licoroso abafado ao preço unitário de três euros e quarenta e um cêntimos, a este valor já se encontra o Iva incluído; Adega Cooperativa de Benfica do Ribatejo, CRL, para a quantidade de quinhentas garrafas de vinho licoroso, de setenta e cinco centilitros, ao preço de dois euros, valor a que acresce o IVA.-----

----- Ao abrigo dos protocolos celebrados com as respectivas Adegas, foi deliberado: adquirir trezentas e trinta e duas garrafas à Adega Cooperativa de Almeirim, sessenta e duas garrafas à Adega Cooperativa de Benfica do Ribatejo e cento e seis garrafas à Adega Cooperativa da Goux -----

1 - OBRAS PARTICULARES-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - Foi dado conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente, em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Joaquim Pisco, quatrocentos e vinte e dois de dois mil; Carlos Alberto Matias Vital, duzentos e oitenta e três A, de dois mil e quatro; Luís Duarte Freitas, trezentos e dezanove de dois mil e sete.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - Foi dado conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente, em sede de projectos globais, referentes aos processos de obras abaixo mencionados, ao abrigo da delegação de competências:-----

----- João António Correia Oliveira, duzentos e quarenta de noventa e nove; António Manuel Magalhães Constantino, duzentos e oitenta e quatro de dois mil; António Miguel Fortio, SA, cento e sessenta e um A, de dois mil e quatro; José Dionísio Ribeiro Marçal, oitenta e três de dois mil e cinco; Rui Temudo Filipe, cento e vinte A de dois mil e seis; Maria José Rodrigues Barros Cachado Rodrigues, duzentos e oitenta e nove de dois mil e seis; António Luís dos Santos, dezoito A; Bectricil, Construção e Obras Públicas, Lda; cento e trinta e sete; Exploração de regas de Almeirim, Lda, cento e setenta e dois; Xabigás - Revendedor e Distribuidor de Gás, Lda, duzentos e vinte e quatro; Alexandrina Maria de Fátima Ferreira dos Santos Oliveira, duzentos e noventa e nove, todos de dois mil e sete.-----

-----Às dezassete horas e vinte e cinco minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, , Assistente Administrativa
da Câmara Municipal de Almeirim, que mandei elaborar a presente
acta a e subscrevi.

O Presidente da Câmara

A Assistente Administrativa